

# DESIGUALDADES SÓCIO-RACIAIS E SEGREGAÇÃO URBANA: ESTUDO DE CASO

Ana Cláudia de Jesus Barreto<sup>1</sup>

## Resumo

A ocupação do espaço urbano na sociedade capitalista é desigual. Cresce o número de favelas, ocupações irregulares e áreas de risco ambiental a cada ano. A população moradora dessas regiões tem uma cor, são os negros que ocupam os piores lugares tanto no setor produtivo, como no chão das cidades. O bairro Dom Bosco em Juiz de Fora-MG é um lócus de estudo para entender o processo de espoliação urbana que os negros vivem, carregando cada um, as suas histórias de vida e o estigma da cor que marcou profundamente sua inserção na sociedade de classes e que perdura até os dias atuais, representado no lugar que mora e na trajetória de vida.

**Palavras-chave:** Negros, habitação, exclusão social, área de risco ambiental, território, segregação urbana.

## Introdução

A pobreza e a segregação espacial no Brasil tem cor. Ao resgatar a história colonial iremos encontrar as raízes das relações sociais vigentes e a condição socioeconômica do negro na sociedade brasileira.

A segregação sócio-espacial não começou agora, mas vamos encontrar sua formação nas primeiras senzalas, enquanto local reservado a mão-de-obra negra que fora submissa e explorada violentamente. Não havendo outra alternativa de vida, a não ser acumular riqueza sem se apropriar dela.

Estrategicamente ecoou no Brasil Colonial, partindo da Inglaterra a ordem de extinguir a escravidão, enquanto forma de produzir bens e acumular capital. Em vista do nascimento do período industrial no século XIX, não houve mais interesse em manter uma mão-de-obra que não recebia pagamento pelo trabalho, haja vista o que interessa e alimenta o sistema capitalista é o consumo.

A oligarquia cafeeira e os grandes latifundiários não estavam preparados para liberar a mão-de-obra escrava, por ser extremamente vantajosa. Havendo de início uma grande resistência, que não pode permanecer por muito tempo. Em vista do surgimento de trabalhadores livres, a elite política e oligárquica se reúne para instituir a lei de terra de 1850. Que passa a restringir o acesso a terra, já que anteriormente sua ocupação era uma forma legítima de adquirir a posse.

Lançados na vida livre a população de ex-escravos e seus descendentes rumaram à cidade alguns, em busca de alternativas de vida para sobrevivência. Entretanto, não houve uma preparação para a libertação. E muitos encontraram sérias dificuldades para se adaptar as condições

---

<sup>1</sup> Professora e Coordenadora do Curso de Serviço Social da Universidade do Estado de Minas Gerais – Unidade Carangola. Mestre em Serviço Social pela UFJF e Doutoranda em Serviço Social pela UFRJ.

estabelecidas pelo mercado de trabalho, como a escolaridade. Paralelamente, chegam os imigrantes que tem mais condições de serem aceitos para o trabalho no comércio.

Essa desigualdade de condição estabeleceu o lugar do negro no campo do emprego e do salário. Muitos acabaram ocupando os serviços de sapateiros, lavadeiras, peixeiros etc. E hoje vamos encontrar na Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) os piores índices de rendimento para os negros (pretos e pardos)<sup>2</sup>. A exemplo do levantamento de 2011, realizado pela Fundação Seade/Diesse na região da Grande São Paulo. No setor de serviços os negros ganham R\$ 6,77 enquanto os não negros recebem R\$ 11,67. Na indústria os negros recebem R\$ 6,75 e os não negros R\$ 11,26. Para Alexandre Loloian (2012), coordenador da Fundação Seade os números já foram piores para os negros e que o crescimento econômico por si só não é capaz de garantir igualdade de oportunidades e que é preciso que se atenuem as diferenças socioeconômicas, como o nível de escolaridade.

E no chão das cidades, onde estão situados? De igual maneira também é uma inserção precária, a partir da sua condição econômica, certamente irá se situar nos locais frágeis, ilegais que os expõem aos riscos: sociais e ambientais.

A partir da década de 30 cresce a migração campo-cidade, muitos saíram do campo cheios de esperanças e carregando o sonho do trabalho, renda e moradia. Segundo Silva (1989), o urbano se redimensiona no período industrial no Brasil. O Estado investe em infraestrutura para facilitar a implantação das indústrias e do comércio. Diferentemente se dá em direção à classe trabalhadora, que também necessita de investimento para sua reprodução social. Inicialmente os trabalhadores residiam próximos aos locais de trabalho, posteriormente com o desenvolvimento das forças produtivas, se ver obrigada a residir distante do emprego e sem poder de consumo, devido os baixos salários, migram para as periferias, restando-lhes viver ilegalmente, ocupando áreas impróprias ou particulares.

Maricato (1995, p. 29) vai afirmar que a exclusão social tem sua expressão mais concreta na segregação espacial ou ambiental, configurando pontos de concentração de pobreza à semelhança de "guetos", ou imensas regiões nas quais a pobreza é homoganeamente disseminada e que a segregação ambiental é uma das faces mais importantes da exclusão social, mas parte ativa e importante da mesma.

O lugar do negro no chão das cidades representa esse processo de exclusão social, do sem nada ou do que tem de forma precária. Será sempre o lugar da ilegalidade, do risco ambiental, da violência, da ausência do poder público que reforça o estigma da cor e da permanência moderna das senzalas, que passam ser - as favelas, os assentamentos precários.

Para confirmar esse lugar a partir da condição socioeconômica, de acordo com o levantamento do Governo Federal a maioria dos beneficiários do Programa Bolsa Família, são negros (73%), enquanto (71%) dos negros no país vivem abaixo da linha da pobreza, ou seja vivem com menos de R\$ 70,00 por mês. Esses dados são relevantes para demarcar quem são os excluídos dos bens e serviços da sociedade brasileira e que passam a ser alvo das políticas pontuais e

---

<sup>2</sup> Tribuna de Minas, Juiz de Fora/MG, p. 3, Nov, 2011.

assistencialistas. Mantenedoras de uma sociedade que convive com o arcaico e com o moderno, sem superar as raízes da desigualdade social e racial.

### **1.1 O lugar dos negros nas cidades em números**

As cidades não são de todos e todas que a constroem, porque o acesso a terra na sociedade capitalista está condicionado à renda. E no atual ciclo do capital, que se reorganizou frente à crise mundial, o papel do Estado no campo social sofreu um recrudescimento, delegando espaço para o mercado gerenciar e ditar as regras do jogo, passando a administrar os serviços de saúde, educação e previdência. Esse processo exclui boa parcela da população brasileira que necessita dentre outros serviços, como uma moradia adequada para viver. Haja vista, que o mercado imobiliário tem investido maciçamente na produção do espaço urbano para o público que tem poder de compra, enquanto isso a parcela majoritária alijada do poder de consumo, resta-lhe ocupar as franjas das cidades (locais precários e sujeitos aos riscos ambientais).

Historicamente o acesso a terra não era irrestrito, porém após a institucionalização da Lei de terra (601/1850) essa condição foi alterada, estabelecendo um novo marco para seu acesso. A oligarquia cafeeira e os políticos cooptados por aquela, instituíram condições para uma determinada população acessar a terra para morar ou trabalhar. Representando não apenas a legalização da propriedade das terras, mas, também, a limitação do seu acesso aos ex-escravos e imigrantes, bem como aos sesmeiros e posseiros que obtiveram o direito de uso da terra, mas, não o direito de comercializá-la. Essa compreensão pode conduzir ao palco de lutas sangrentas, seja através de gritos ou em silêncio, que perdura ainda neste século XXI. A origem da colonização deixou sua marca conformada no retrato de um país dos sem chão, sem teto, dos sem nada e daqueles “modernos” moradores situados em áreas de risco físico, não por opção, mas por ser a única alternativa que lhes restou.

O Brasil é um país marcado por desigualdades: sociais, econômicas, regionais, etárias, educacionais. Transversalmente a estas, permeando e potencializando os seus mecanismos de exclusão, estão as desigualdades de gênero e de raça. A pregnância do legado cultural escravocrata e patriarcal é, ainda, de tal forma profunda que, persistentemente, homens e mulheres, brancos e negros continuam a ser tratados desigualmente. Um e outro grupo tem oportunidades desiguais e acesso assimétricos aos serviços públicos, aos postos de trabalho, às instâncias de poder e decisão e às riquezas de nosso país. (POCHMANN, 2008)

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Economia (IBRE), baseado no Censo Demográfico de 2002, estima-se que 35% da população brasileira vive em extrema pobreza, o que equivale a 57,7 milhões de pessoas. De uma forma geral, pode-se dizer que esse é o contingente dos excluídos do

acesso às formas legais de propriedade da terra e dos bens e serviços necessários a reprodução da força de trabalho. A luta da classe majoritária não é, apenas, por um lugar na divisão social do trabalho, mas, também, por um lugar no território da cidade. Diante deste quadro, para Menegat (2009), o futuro é absolutamente negado para uma parcela cada vez maior de pobres “negros” na cidade, na condição de sem-propriedade passam a ser indesejados na cidade.

Tomando-se as informações para 2007, temos que 20% da população branca situava-se abaixo da linha de pobreza, enquanto mais do dobro, ou 41,7% da população negra encontrava-se na mesma situação de vulnerabilidade. No caso de indigência, a situação é tão ou mais grave: enquanto 6,6% dos brancos recebem menos de ¼ de salário mínimo per capita por mês, esse percentual salta para 16,9% da população negra, quase três vezes mais. Isso significa 20 milhões a mais de negros pobres do que brancos e 9,5 milhões de indigentes negros a mais do que brancos. (IPEA, 2008, p.33)

As relações sociais vigentes na sociedade brasileira (o patrimonialismo, o favor e o coronelismo) têm suas origens desde o período colonial e que sustentam a desigualdade social e racial vigente no país que se transformam em dados estatísticos na atualidade. Hoje, nas cidades brasileiras, são, os negros, que apresentam indicadores de maior vulnerabilidade no campo do emprego, da renda, da moradia e que vai determinar sua inserção fragilizada nas cidades.

Florestan Fernandes (1965) denominou de “espoliação secular”, o fato do ex-cativo não possuir as condições necessárias (instrução, habilidade para as tarefas do comércio e da indústria nascente) para inserir-se nos diversos setores sociais e em decorrência não houve condições de transmitir aos seus filhos nenhuma instrução que, por sua vez, também encontraram dificuldades de progredir. Essa condição anterior imposta aos negros deixou raízes profundas que permanecem na atualidade.

Em 2004<sup>3</sup> a Pesquisa Mensal de Emprego (PME) realizada pelo IBGE, mostrou que das 18,5 milhões pessoas ocupadas das seis Regiões Metropolitanas (RMs) investigadas (Recife, Salvador, Belo Horizonte, São Paulo, Porto Alegre e Rio de Janeiro), os brancos (58,0%) participam mais do mercado de trabalho do que as pessoas pretas e ou pardas (48,85%); no caso da participação nas atividades domésticas, os pretos e pardos somavam mais do que o dobro, em todas as RMs, a exemplo de Porto Alegre, 14,7% dos pretos ou pardos ocupados eram trabalhadores domésticos, proporção maior do que a dos empregados sem carteira de trabalho da mesma cor ou raça (11,6%) no setor privado.

Outro estudo relevante é do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) realizado nas seis regiões metropolitanas brasileiras entre 2004 e 2008, que ratifica o abismo entre negros e não negros:

---

<sup>3</sup> Ver [http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia\\_visualiza.php?id\\_noticia=161&id\\_pagina=1](http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=161&id_pagina=1)

Em São Paulo, o rendimento dos negros representa apenas 56,3% do rendimento dos não negros.

Em Belo Horizonte, a renda média dos negros cresceu 15,7% no período, porém a diferença continua grande: o rendimento médio de negros na capital mineira é de R\$ 5,03 contra R\$ 8,80 do recebido pelos brancos.

Em Salvador, embora os negros representem 85% da população, a hora de trabalho dos negros equivale a R\$ 4,75 e a dos brancos R\$ 9,63.

As diferenças são grandes também na ocupação da mão-de-obra negra em postos de direção, gerência e planejamento. Em São Paulo, por exemplo, apenas 5% dos negros ocupados estavam em funções de direção, gerência e planejamento, em 2008. Entre os brancos, o percentual é de 17,4%<sup>4</sup>. Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (2008) foi praticamente insignificante o número de domicílios em assentamentos subnormais entre 1993 e 2007. Em 1993, 3,2% dos domicílios estavam em favelas ou assemelhados, em 2007 para, 3,6%. Contudo, trata-se de 2 milhões de domicílios, ou 8 milhões de pessoas morando precariamente. Dentro deste universo 40,1% destes domicílios são chefiados por homens negros, 26% por mulheres negras, 21,3% por homens brancos e 11,7% por mulheres brancas.

A evolução do uso e da ocupação do solo assume uma forma discriminatória (segregação da pobreza e cidadania restrita a alguns), e ambientalmente predatória. A questão fundiária, cujo enfrentamento foi adiado sine die, no campo, ressurgiu sob novo formato no universo urbano (MARICATO, 2007, s.p). O processo capitalista de produção engendra a segregação espacial. A separação e a desigualdade de acesso se constroem e reconstroem mutuamente (Marques e Torres, 2005). São processos indissociáveis e precisam ser pensados dinamicamente.

Os grupos sociais de menor renda tendem a estar em locais destituídos de serviços básicos ou, quando existem, são precários e em locais sujeitos aos riscos ambientais. Portanto, não é apenas a separação que gera acesso desigual, mas, também, e ao mesmo tempo, a desigualdade de acesso que especifica e produz a separação. Para Silva (1989), a localização da família no território da cidade determina sua inserção ou exclusão social, o acesso ou não aos bens e serviços urbanos.

Essa desigualdade de acesso fica muito clara a quem está “destinada” quando são realizadas pesquisas como, a exibida pela revista Carta Capital (24/09/13) que publicizou o levantamento do governo federal revelando a cor dos beneficiários do Brasil Sem Miséria, que inclui o Bolsa Família, o Brasil Carinhoso e o Pronatec. Revelando que 73% dos beneficiários do Bolsa Família em 2013 são negros; 77% são beneficiários do Brasil carinhoso e 65% estão matriculados no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego.

Numa economia fortemente marcada pelo mercado, que impõe as regras do jogo, para Andreilino Campos (2005), o acesso a terra foi legalmente vedado aos negros e boa parcela destes

---

<sup>4</sup> Ver <http://www.afropress.com/noticiasLer.asp?id=2075>)

indicados nas pesquisas acima, são espoliados, ou seja, são excluídos do acesso aos bens e serviços ofertados pela sociedade e incluídos por baixo, marcados pelo ranço escravista, recebem os piores salários, exercem atividades que não exigem alta escolaridade e lutam duplamente para além da sobrevivência, demonstrar que não são vagabundos, criminosos e violentos.

## **1.2 O endereço do lugar ocupado pelos negros na cidade de Juiz de Fora-MG**

A história da urbanização e crescimento da cidade de Juiz de Fora não foi diferente de outras, marcada, paulatinamente, pela lógica do capital que determina a constituição físico-espacial do urbano e a apropriação privada da terra. A questão habitacional é um dos sintomas mais graves da sociedade de classes. A crise da habitação é produto necessário da ordem social burguesa, que construiu uma sociedade de trabalhadores que recebem baixos salários, e não atendem as necessidades de sua reprodução e bem como a existência de mão-de-obra excedente, que vive das sobras da sociedade (SILVA, 1989).

Portanto, o solo urbano, na economia capitalista, deixa de ser uma utilidade para se transformar num investimento, garantindo rentabilidade, às vezes superior ao que ocorre através do setor produtivo, resultando na periferização das grandes metrópoles que passam a se caracterizar pela baixa densidade de ocupação do solo, aumento das distâncias, ineficiência dos transportes coletivos, elevação dos custos sociais e privados da urbanização e comprometimento irreversível da administração pública obrigando o trabalhador a se submeter à superexploração e a verdadeira espoliação urbana, transformando as grandes cidades brasileiras em verdadeiros amontoados caóticos de favelas, cortiços e outros assentamentos considerados subnormais. (SILVA 1989, p. 30)

A questão habitacional é, sobretudo, uma das manifestações da questão social, entendida por Raichelis (2006, p. 17) “como a expressão das desigualdades sociais produzidas e reproduzidas na dinâmica contraditória das relações sociais e, na particularidade atual, a partir das configurações assumidas pelo trabalho e pelo Estado, no atual estágio mundializado do capitalismo contemporâneo”.

As consequências da política neoliberal para a área social indicam desresponsabilização do Estado, que passa a garantir o mínimo à população excluída do mercado de trabalho ou inclusa precariamente, através das “políticas compensatórias, focalizadas e seletivas, que visam amenizar o impacto negativo das medidas econômicas de ajuste estrutural – é a política pobre para os pobres” (RAICHELIS 2006, p. 22). Por outro lado, o mercado assume a venda dos serviços para aqueles que podem pagar. Essa dinâmica estabelecida transforma as conquistas sociais, sancionadas como direito, em mercadorias que são alcançadas através do poder de compra.

A cidade de Juiz de Fora está dividida em dois lados, o formal<sup>5</sup>, constituído pelas moradias e construções valorizadas pelo mercado imobiliário em locais com boa infraestrutura, saneamento e serviços e, por outro lado, o informal<sup>6</sup>, caracterizado por moradias subnormais e precárias situadas em locais desvalorizados pelo capital imobiliário e sem investimento público. Por esta razão, não existe o necessário para a qualidade de vida dos moradores, como esgotamento sanitário, água, luz e saneamento básico.

Em 2006 o poder público divulgou o diagnóstico social da cidade. Em Juiz de Fora existem de 144 (cento e quarenta e quatro) Áreas de Especial Interesse Social (AEIS), distribuídas nas diversas regiões da cidade (Norte, Leste, Sul, Oeste, Centro). As regiões Norte/Noroeste concentram o maior número de moradias precárias, totalizando 3.122, com um crescimento de 41% nos últimos 6(seis) anos e, em segundo lugar, vem a região Sudeste, com 2.491 (Anexo 1). Essas áreas são caracterizadas por moradias subnormais, precariamente atendidas pelos serviços de infraestrutura, saneamento básico, coleta de lixo, luz, água e irregularidade fundiária. Por essa razão Silva (1989), afirma que o problema habitacional está ligado a questão fundiária urbana, uma vez que a excessiva valorização dos terrenos e o crescimento desordenado produzem desequilíbrio na estrutura interna. Nos últimos seis anos, em Juiz de Fora, o número de submoradias saltou de 8.270 para 13.262, representando um crescimento de 62%<sup>19</sup>. São consideradas subnormais por estarem situadas em locais, sem infraestrutura e saneamento básico e a ocupação é irregular, não existe regularização fundiária.

De acordo com o Plano Municipal de Redução de Risco (PMRR), elaborado pela Defesa Civil em 2007 existem na cidade 42 (quarenta e duas) áreas de risco e paralelamente a este trabalho o Serviço Social da Defesa Civil em 2010 realizou um levantamento Populacional e Étnico nessas áreas. A pesquisa revelou que, em Juiz de Fora, 35.986 pessoas estão sujeitas aos desastres naturais, sendo que desse universo, 70,5% são negras – pretas e pardas – e 29,5% são brancas.

O lugar onde mora, caracterizado como risco físico, denota que muitos descendentes de escravos ainda trazem a marca da escravidão velada: a falta de acesso a um bom emprego e, conseqüentemente, o não acesso a uma habitação adequada, lembrando que a senzala só mudou de lugar. A inserção do negro na sociedade é sofrida e dolorida, poucos conseguem romper a barreira da pobreza e da desqualificação.

Segundo Campos (2005) tanto o quilombo como as favelas são estruturas espaciais estigmatizadas. Segundo o autor, se antes era a resistência pelo não aprisionamento, hoje é pela permanência no lugar escolhido para morar. Apesar de o lugar ser o pior possível, seja pela falta de infraestrutura e de serviços públicos, - é o que sobra para a população considerada desclassificada, cujo acesso à terra sempre foi restrito.

Antes, era a posição submissa e dependente frente ao senhor dos plantéis de café, hoje é o Estado que continua estigmatizando essa população e oferecendo apenas o mínimo para sobrevivência, através de políticas sociais seletistas e compensatórias. Para Yazbec, (2001, p. 34)

---

<sup>5</sup> Termo utilizado por Ermínia Maricato

<sup>6</sup> Id.

pobreza, exclusão e subalternidade configuram-se, pois, como indicadores de uma forma de inserção na vida social, de uma condição de classe e de outras condições reiteradoras da desigualdade, como gênero, etnia, procedência etc, expressando as relações vigentes na sociedade. Transformada pelo capital financeiro, a sociedade está dividida entre os possuidores e possuídos, os “excluídos do círculo da civilização”, porque não conseguem satisfazer suas necessidades sociais via mercado, restando-lhe a violência e a solidariedade, conforme sinaliza lamamoto (apud RAICHELIS, 2006).

O Poder Público já detém informações suficientes, como o Plano Municipal de Redução de Riscos, o Atlas Social e a experiência da Defesa Civil no atendimento à população exposta aos riscos físicos, para abrir novos canais de diálogo em torno dos desastres naturais, da fragilidade da ocupação do espaço urbano e bem como extinguir os atendimentos paliativos e pontuais, junto à população marginal – pobre e negra.

### **1.3 Dom Bosco: um estudo de caso**

Campos (2005), ao narrar à história de ocupação do espaço urbano na cidade do Rio de Janeiro, afirma que os cortiços foram à opção inicial de moradia para os negros libertos. Contudo, com o advento do discurso higienista (1866), os negros pobres, moradores dos pequenos cubículos de madeira, foram expulsos da parte central, porque aquela área estava em vias de valorização pelo capital. Iniciou-se, então, a política de expulsão das classes pobres através da interferência do Estado.

O mesmo não aconteceu em Juiz de Fora no momento da abolição da escravatura (1888). Somente a partir de 1930, com o declínio da produção cafeeira, iniciou-se o processo de migração em “massa” da população negra, que saiu das fazendas em direção à cidade em busca dos meios de sobrevivência. Os novos contingentes somavam-se à população já residente na área central, dando início à demanda por moradias e à questão habitacional que alcançou visibilidade através da emergência de loteamentos irregulares, invasões em áreas públicas e particulares e a construção de moradias precárias (ALVES, et al., 2002).

Contudo, nesse período parte da área central da cidade já estava ocupada pelos trabalhadores livres e imigrantes, sobrando para os libertos vindos da zona rural, locais sem urbanização e infraestrutura, denominados, pela historiadora Mônica Oliveira (2000), de verdadeiras ilhas em torno da área central. Como foi o caso de alguns bairros como Dom Bosco, Santa Rita e São Benedito e, hoje, parte deles são áreas de risco físico, mapeados pela Defesa Civil de Juiz de Fora e que recebem pouco investimento do poder público, agravando o grau de vulnerabilidade e exposição aos riscos ambientais.

A formação do bairro Dom Bosco iniciou-se no ano de 1927, quando um antigo proprietário de terras chamado Vicente Beghelli começou a vender os lotes “por baixo preço” aos operários.

“Pequeno quilombo” foi assim que se referiu o senhor Isaías (87 anos), morador do bairro Dom Bosco desde 1932. Relatou que, ao chegar ao bairro, havia uma presença grande de ex-escravos oriundos das fazendas de café (São Mateus e Salvaterra). Conforme esse antigo morador, as casas eram simples, feitas de sapé, o chão de terra batido e uma única estrada, chamada São



Francisco, cortava o morro “Serrinha”, ligando a cidade ao Distrito de São Francisco. A água era de bica e a luz de candeeiro.

D. Geralda (88 anos), filha de ex-escravo, nasceu e morou por muitos anos numa fazenda em Humaitá, no distrito de Torreões, em Juiz de Fora. Contou que migrou da zona rural na década de 40 para a cidade em busca de melhores condições de vida. Pagou aluguel durante alguns anos em outro bairro, antes de mudar para “Serrinha”, quando seu esposo teve a oportunidade de comprar um pedaço de lote de Vicente Beghelli, passando vários anos pagando as prestações. Confirma, como todos os outros moradores antigos, a inexistência de luz e a dificuldade para ir à bica pegar água e trazer na lata, enquanto o marido ia pegar lenha, onde hoje está localizada a Universidade Federal de Juiz de Fora. A luz era “fraquinha”, vinha do candeeiro. Ela narrou com felicidade o dia em que chegou água encanada no bairro, na gestão (1977-1982) do Prefeito Francisco Antônio de Melo Reis, “o cano estourou, eu pulei pra cima, dei um pulo, levantei minha roupa pra cima, vamos gente comemorar!”.

D. Olga, neta do ex-escravo João Gonçalves, conta que sua família saiu da fazenda Salvaterra quando ela tinha 5 anos. Ela veio morar em Juiz de Fora, no Dom Bosco, na década de 50. Questionada sobre o motivo de terem ido morar naquele bairro, recorda que sua família saiu da fazenda para melhorar as condições de vida. Segundo a entrevistada, na época em que chegou ao bairro, sua família decidiu não “invadir”, apesar de não dispor de dinheiro para comprar um lote. Optaram, então, por morar de aluguel, como até hoje. Olga mora com sua irmã, que também é pensionista. Ambas recordam, quando chegaram ao bairro, “tudo era trilha”, não existiam as ruas, tinha um “bicão” onde os moradores carregavam água, “dava uma briga” quando as mulheres queriam passar na frente das outras. O transporte de passageiros era feito através de bonde, que parava no final da Rua São Mateus. O restante do caminho tinha que ser feito a pé, até chegar ao bairro. Para sobreviver, as irmãs passavam e lavavam roupa pra “fora” e devido ao estímulo do tio, Olga estudou e conseguiu concluir o 2º grau.

Estes relatos vem confirmar as dificuldades de acesso à terra que os descendentes de escravos tiveram ao chegar à cidade. A inserção precária num bairro praticamente fundado por negros e que não existia infraestrutura para habitações. Contudo, ao longo dos anos a população moradora foi conseguindo junto ao poder público, a instalação de serviços, como água, luz e esgotamento sanitário.

Apesar desses investimentos o bairro é considerado de risco físico pela Defesa Civil, pois ao longo do tempo, sem condições de adquirir um lote ou uma casa num local seguro, muitos moradores foram ocupando as encostas. De acordo com a pesquisa de campo realizada em 2010, nas treze ruas do bairro Dom Bosco consideradas de risco físico, moram 3.514 pessoas, sendo que 19,3% são brancas e 80,7% são negras - pretas e pardas.

No tocante ao perfil de dezesseis (16) entrevistados, sendo que seis (6) deles foram removidos do local onde moravam por ser inadequado. Em sua maioria apresentam uma escolaridade baixa, 68,8% não chegaram a concluir o ensino fundamental. No tocante a ocupação 43,8% é do lar, 25% desenvolve atividades no mercado informal, como faxineiras e auxiliar de pedreiro. A maioria está na fase adulta, 43,75% entre 28 e 37 anos de idade. Com relação ao número

de ocupantes no domicílio, 68,75% tem de 4 a 7 pessoas ocupando o imóvel. E a renda familiar está entre 1 (um) salário mínimo, 25%, e inferior a 1 (um) salário mínimo, 25%.

Quanto ao sentimento deles na ocasião das chuvas, o que impera é o medo e preocupação com os filhos e as pessoas conhecidas. Com relação às seis pessoas que foram removidas da área de risco, apesar de não estarem mais na situação de risco físico, ainda tem “medo”, sentem “tristeza”, “impressão ruim” e com exceção de uma moradora que disse hoje ter “tranquilidade”, por não estar mais no risco. Apenas uma falou que preferia voltar para o lugar que estava antes, porque apesar da precariedade que vivia, sem banheiro, água e luz, hoje tem que arcar com todas essas despesas.

Questionados se tiveram dificuldades em sair do local e irem morar em outro lugar, disseram que sim, devido o baixo valor que é pago para arcar com as despesas de aluguel. A Prefeitura de Juiz de Fora repassa atualmente R\$ 240,00, na época da entrevista era R\$ 180,00. Esse valor está fora do mercado imobiliário, atualmente a média do valor do aluguel na cidade está em torno de R\$ 600,00, a depender da localização do imóvel, além das despesas com impostos, como o IPTU. O que foge da realidade da população pobre, moradora de área de risco que acaba sendo removida do local de origem e cuja renda é de um salário mínimo ou inferior a este, que não provê todas as necessidades básicas da família. Por esta razão muitos acabam saindo de um lugar “ruim” e indo para outro “pior”. Mais uma vez, é o lugar que sobra para essa população morar.

O lugar que sobre para aos negros pobres morar na cidade retrata o descaso do poder público e a ausência das políticas públicas voltadas para minorar a desigualdade territorial, que é o lugar da vida, dos sonhos, da convivência comunitária e da identidade. O território se torna conceito, quando é considerado a partir do seu uso, quando pensamos juntos com os atores que utilizam e vivem o chão de cada dia. Por isso para Santos (1993) devemos olhar para o território como “formas-conteúdo”, considerando a história de um lugar, a sua gente, as causas das mazelas urbanas e não, meramente, olhar seus efeitos.

Os diagnósticos levantados pelo Poder Público não trazem essa outra dimensão do território, apenas trazem o lado objetivo, mensurado e medido, desconsiderando o lado subjetivo que aparece de forma concreta através do sofrimento, das expectativas, dos anseios, das formas de resistência e a luta pela sobrevivência.

É no lugar que se vive que se concretizam a trama das relações sociais, onde os sujeitos desenvolvem a sua identidade e subjetividade. É o lócus da inclusão social pela exclusão, é nele que se faz sentir a ausência das políticas públicas ou a sua presença de forma precarizada, pontual e seletiva através dos mínimos socialmente ofertados pelo Estado.

Creio ser fundamental dá um “zoom” nesses territórios de exclusão, a fim de analisar os efeitos das políticas públicas no contexto neoliberal sobre a vida dos sujeitos sociais dentro desses espaços, com enfoque nas histórias de vida, na trajetória de resistência e luta por um lugar para se viver. Segundo assinala KOGA:

O território também representa o chão do exercício da cidadania, pois cidadania significa vida ativa no território, onde se concretizam as relações sociais, as relações de vizinhança e solidariedade, as relações

de poder. É no território que as desigualdades sociais tornam-se evidentes entre os cidadãos, as condições de vida entre moradores de uma mesma cidade mostram-se diferenciadas, a presença/ausência dos serviços públicos se faz sentir e a qualidade destes mesmos serviços apresentam-se desiguais. KOGA (2011, p. 33)

Ultrapassar os limites geográficos e dos diagnósticos, podem nos levar a apreensão de uma outra realidade, revelar um mundo desconhecido que as entrevistas objetivas não alcançam. Poderá servir para desmistificar a ideologia burguesa levantada através do perfil traçado dos cidadãos moradores de comunidades e ocupações irregulares, como violentos, traficantes, preguiçosos e indolentes.

A seguir seguem relatos de história de vida de alguns moradores do bairro que vivem na pele a espoliação urbana.

### **Maria Isabel**

Bisneta de escrava, 64 anos, natural de Juiz de Fora, analfabeta, viúva, a renda familiar é de um salário mínimo, decorrente da pensão deixada pelo marido. Ainda criança foi para Piau-MG, e lá trabalhava numa fazenda. Em torno de 1973 chegou para morar no Dom Bosco, mas anteriormente “tomava conta” de um sítio no bairro Aeroporto e em troca morava numa casa dentro do sítio. E quando o proprietário pediu a casa, foi para o Dom Bosco por ter encontrado um lote que estava sendo vendido pelo valor que possuía de CrZ\$ 500,00. “Se eu tivesse condições comprava num lugar melhor”, os materiais foram conseguidos através de doação, os colegas do filho que ajudou a construir, fazendo um mutirão “dava café, almoço ao pessoal”. “Foi difícil, pagava os outros pra levar pra lá, o pessoal catava o material da gente”...os moradores de baixo discriminava, falava que era favela”. A casa de Maria Isabel, era de alvenaria, com dois pavimentos, foi demolida em 2008, porque estava numa área sujeita a escorregamento de terra. A partir de então ela recebe R\$ 180,00, referente ao auxílio aluguel pago pela Prefeitura de Juiz de Fora. Junto com ela moram suas 3 (três) filhas e 5 (cinco) netos. Questionada sobre seu sentimento quando chove diz: “fico tranquila, não estou na situação de risco.”

### **Fátima**

Natural de Juiz de Fora, neta de escrava por parte de mãe, tem 38 anos, mãe de 6 filhos, destes apenas estão sob sua responsabilidade 4 (quatro) filhos de (1, 6, 9 e 16 anos). Desempregada, cursou até a 1ª série, teve o benefício do Programa Bolsa Família suspenso. Não sabe informar em que ano chegou ao Dom Bosco, apenas falou sobre o motivo que a levou para aquele bairro: o casamento com seu companheiro (falecido). Ao ser questionada sobre sua infância, demonstrou muita dificuldade em expressar, se resumiu em dizer que trabalhou “tomando conta de criança”. Ao ir para o Dom Bosco, ficou morando por um período na casa da sogra e aos poucos foi construindo sua casa que era de “madeirite”, “chão de terra”... não gosto de lembrar”, diz ela. Certamente, não é agradável para ela recordar os momentos difíceis que viveu, até quando a Defesa

Civil em 2003 atendeu o chamado de escorregamento de terra em que gerou a remoção de algumas famílias, como a de Fátima. Que passou a ser beneficiada com o auxílio aluguel até 2007, quando recebeu uma moradia da COHAB e hoje se divide entre sua morada e a casa do seu atual companheiro, que mora no Dom Bosco. “Quando chove hoje, já não tenho medo... sinto coisa boa... ter a casa da gente... ter algo que é da gente é muito bom”.

### **Vanderlei**

Natural de Coimbra-MG, descendente de escravo por parte da avó materna. “Minha avó usava argola no nariz, ela morreu com 120 anos”. Foi dessa forma que Vanderlei reacendeu na memória a lembrança de sua querida avó com a qual conviveu por muitos anos. “Eles eram vendidos... igual a boi... a carne mais boa ...”, desse jeito que o morador resumiu o significado da escravidão para ele, a partir dos relatos narrados por sua avó quando ainda era criança. Seu Vanderlei, 59 anos, aposentado, viúvo, estudou até a 5ª série. Quando se aposentou recebia 2 (dois) salários mínimos, mas após tantos decréscimos recebe atualmente R\$ 510,00. Possui escritura do imóvel, conquistada graças a advogada da construtora em que trabalhava que o orientou a legalizar, junto à Prefeitura, a compra do imóvel que, na época, foi feito um contrato tipo “gaveta”. Junto com ele mora uma companheira com a qual tem um filho de 1 ano e mais dois enteados, filhos do outro relacionamento de sua atual companheira. Quando criança trabalhou nas fazendas em Visconde do Rio Branco/MG “ah...candeei muito boi”. Entre 13 e 14 anos veio para Juiz de Fora, quando seu cunhado que era militar resolveu trazê-lo para trabalhar e depois servir o exército. Por aqui ficou trabalhando em sítios, em um dos últimos, quando já era adulto, resolveu se desvincular, porque a proprietária não dividia mais com ele os produtos que ele plantava. Porém, durante os anos que trabalhou em sítios fez uma poupança e com esse dinheiro comprou a casa que mora. Sua chegada ao Dom Bosco foi em 1983, antes de adquirir a sua moradia, pagava aluguel do porão nesta mesma casa que comprou. O motivo que o trouxe ao Dom Bosco foi à proximidade com o seu serviço, na época era funcionário de uma Construtora que estava construindo um prédio nas proximidades. Seu Vanderlei por instantes olha para a cidade, e aponta para os prédios que construiu na Avenida Independência. “Quando eu mudei era tudo trilha”... “era uma rede de esgoto à céu aberto, a luz era fornecida por vizinho da rua de baixo, água era de mina, pra beber tinha que ir na bica”, e assim ele descreve as dificuldades enfrentadas para morar e permanecer no lugar. Mas hoje na opinião dele está melhor devido as casas que a Defesa Civil demoliu. Resume e finaliza dizendo: “Foi uma luta, era tudo mato”.

Segundo KOGA (2011, p. 34), “o chão do território pode significar um novo aporte para o debate no campo das políticas públicas”. Na sua maioria as políticas públicas são elaboradas para atender de um modo geral todos os territórios, como se não existissem diferenças, anseios e necessidades humanas opostas. Cada lugar tem sua especificidade e condições desiguais de vida e que exigem enfrentamentos particulares e as diferenças sociais e culturais deveriam ser consideradas na elaboração das políticas públicas.

As políticas públicas são elaboradas verticalmente, não se considera o desejo de cidade do cidadão. Tão pouco é considerado a história e experiência de vida, pois cada pessoa e lugar possui

uma história que cria uma identidade entre o lugar que mora e a cidade. Essas informações necessariamente passam pelos moradores do lugar, o que implica na sua participação na discussão sobre a cidade e o seu desejo de vida.

A produção desse conhecimento no âmbito do serviço social é de suma importância para se pensar a cidade a partir do olhar do cidadão que passa pelo processo de inclusão/exclusão social. Possibilitando a discussão e necessidade de valorizar as diferenças culturais e sociais e de levar em consideração não apenas um mapa, um diagnóstico, mas também incluir nesses estudos “a inclusão das utopias de democracia, cidadania e felicidade” (KOGA, 2011, 157).

### **Considerações finais**

Estudar a realidade brasileira é um grande desafio para o assistente social, mas ao mesmo tempo lhe capacita ao conhecimento para desenvolver práticas que possam contribuir para a redução da exclusão social. Trazer a discussão o lugar do negro pobre na sociedade brasileira é repensar a cidade: para quem e para que existe a cidade? Qual o desejo de cidade para a população majoritária? Como deixar de ser um cidadão de papel e tornar-se real?

As cidades brasileiras é um palco de lutas por habitação digna, pelo trabalho, pela alimentação, pela saúde, pela assistência, enfim pela materialização dos direitos sociais. A espoliação urbana (KOWARICK, 1979), é a destituição de uma grande parcela da população, do acesso aos bens e serviços. Há ausência de quase tudo para essa população excluída e ao mesmo tempo incluída precariamente, como afirma YASBEC (2001) é a inclusão pela exclusão. O poder público permite a ocupação em espaços desvalorizados pelo mercado imobiliário e ao mesmo tempo se dá a segregação espacial, alocando a pobreza nas denominadas favelas, áreas de risco ambiental e assentamentos precários, excluindo do lugar seguro e legalizado, não oportunizando a criação de políticas públicas para reduzir o estabelecimento do lócus da pobreza nas cidades.

Existem dados oficiais através de pesquisas e levantamentos que identificam quantos são e onde estão os excluídos socialmente. Números suficientes para começar construir uma política para uma cidade mais igualitária, uma modelação do espaço menos agressiva e mais sustentável. Contudo, o interesse do capital e dos grupos políticos que monopolizam os investimentos para o crescimento do lucro das instituições financeiras, emperram a materialização das leis e dos direitos conquistados pela classe trabalhadora.

Por isso é necessário fortalecer os grupos majoritários, o cidadão morador da favela, das ocupações irregulares, das áreas de risco ambiental capacitando-os para o conhecimento dos instrumentos definidos no Estatuto da Cidade (Costa e Lima, 2004). A fim de que habilitados e conscientes dos seus direitos possam imprimir pressão junto ao poder público para conquistar sua liberdade, autonomia e cidadania.

## Bibliografia

- ALVES, Anna Cláudia Rodrigues Alves, BARBOSA, Christiane Pimentel Duar, MARTINS, Kátia, CORREA, Maria Celeste Freire. *Habitar X Morar: Uma análise Crítica – A perspectiva dos excluídos da política de habitação em Juiz de Fora*. Juiz de Fora/MG, 2002, 82f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2002.
- CAMPOS, Andreilino Campos. *Do quilombo à favela: a produção do “espaço criminalizado” no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- CARREIRA, Renan. *Em SP, negros ganham menos em setores que pagam mais*. *Tribuna de Minas*, Juiz de Fora, nov. 2012. *Indicadores Vida Urbana*, p.03.
- COSTA, Teresa Hilda Bezerra Sousa e Lima, Rochelly Euzébio de. *Questão Urbana e Serviço Social*. *Serviço Social e Sociedade*, ano XXV, n. 79, Cortez, 2004, p. 162-171.
- FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classe*. São Paulo: Dominus Editora, Vol 1, 1965, p. 1 - 69.
- KOGA, Dirce. *Medidas de Cidades: entre territórios de vida e territórios vividos*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- KOWARICK, Lúcio. *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- MARICATO, Ermínia. *Dimensões da Tragédia urbana*. Disponível em <http://www.comciencia.br/reportagens/cidades/cid18.htm>. Acesso em 21 Out 2007.
- \_\_\_\_\_. *Metrópole na periferia do capitalismo*. São Paulo, 1995. Disponível em [www.fau.usp.br/deprojeto/labhab/biblioteca/.../maricato\\_metrperif.pdf](http://www.fau.usp.br/deprojeto/labhab/biblioteca/.../maricato_metrperif.pdf). Acesso em 20 mar 2010.
- MARTINS, Miguel. *O racismo em números*. *Revista Carta Capital*, São Paulo, p. 40-41, set. 2013.
- MARQUES, Eduardo, TORRES, Haroldo. *São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades sociais*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2005, p. 19-55.
- MENEGAT, Elizete. *Crise urbana na atualidade: indagações a partir do fenômeno da concentração espacial dos pobres em assentamentos ilegais*. In POGGIESE, H. e COHEN EGLER, T. T. *Otro desarrollo urbano: ciudad incluyente, justicia social Y gestión democrática*. Buenos Aires: CLACSO, 2009, p. 93-103.
- OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. *Famílias solidárias e desafios urbanos: os negros em Juiz de Fora*. In BORGES, Célia Maia (Org). *Solidariedades e conflitos: histórias de vida e trajetórias de grupos em Juiz de Fora*. Juiz de Fora/MG: Ed. UFJF, 2000.
- POCHMANN, Márcio. *Apresentação*. In PINHEIRO, L., FONTOURA, Natália de Oliveira., QUERINO, Ana Carolina., BONETI, Alinne., ROSA, Waldemir. *Retrato das desigualdades de gênero e raça*. 3.ed. Brasília: IPEA, 2008, p. 5-35. Disponível em: < [www.ipea.gov.br/sites/.../Pesquisa\\_Retrato\\_das\\_Desigualdades.pdf](http://www.ipea.gov.br/sites/.../Pesquisa_Retrato_das_Desigualdades.pdf)>. Acesso em 05 Jul. 2010.

RAICHELIS, Raquel. Gestão Pública e a questão social na grande cidade. Artigo do 1º Relatório Científico da Pesquisa Temática Gestão Pública e Inserção Internacional das cidades. São Paulo: Lua Nova, 2006, p. 14 – 48.

SANTOS, Milton. O espaço do cidadão. 2. ed. São Paulo: Nobel, 1993, p. 59-133.

SILVA e SILVA. Maria Ozanira. Política Habitacional Brasileira: verso e reverso. São Paulo, SP: Cortez Editora, 1989, p. 20-32.

TAVARES, Gisele Machado (Org.). Atlas Social - Juiz de Fora. Diagnóstico/Prefeitura de Juiz de Fora, Juiz de Fora - MG: Prefeitura de Juiz de Fora, 2006.

YAZBEC, Maria Carmelita. Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil. Temporalis, Ano 2, n. 3. Brasília: ABEPSS, Grafiline, 2001, p. 33- 39.